

giões» (outros preferem falar de diversidade de «Javismos»). Por outro lado, existem formas religiosas com carácter regional: na Transjordânia, em Israel e em Judá. No segundo ensaio, L. L. Grabbe traça as possíveis origens geográficas do Javismo e as suas expressões locais na época persa, num período em que surgem vários templos concorrentes: Samaria (Garizim), Jerusalém, Elefantina, Indumeia, etc.

* * *

No início dizíamos que os textos bíblicos já não podem ser mais considerados como «fontes» de carácter histórico. Na verdade, eles são, sobretudo, obras de literatura religiosa, veiculando uma ideologia (ou,

se quisermos, uma teologia) que sustenta a religião pós-exílica de «(o verdadeiro) Israel»: o Judaísmo. Neste sentido, esses textos informam-nos muito pouco, ou quase nada, acerca da «religião israelita» pré-exílica. Quanto muito, encontramos neles alguns «indícios» dessa religiosidade, que é necessário ler juntamente com as descobertas arqueológicas e em confronto também com os textos dos povos vizinhos (nomeadamente, no contexto da religião cananeia, em confronto com os textos de Ugarite). É esta «leitura» que encontramos no livro agora apresentado e que o torna imprescindível para quem se interesse pelo estudo das religiões e, em particular, das antigas religiões do Levante.

Porfírio Pinto

• **JESUÍTAS E INQUISIÇÃO:
CUMPLICIDADES
E CONFRONTAÇÕES**

*José Eduardo Franco
Célia Cristina Tavares*

*Editora: Editora da Universidade Estadual
do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, 2007 - 133 pp.*

A obra *Jesuítas e Inquisição*, é um livro necessário e oportuno, pois propõe-nos uma reflexão serena e matizada sobre alguns aspectos principais da nossa modernidade num universo geográfico central como é o de Portugal e o das suas conquistas. Aspectos e problemas da modernidade ocidental, na sua projecção atlântica, nem sempre bem compreendidos.

O esforço realizado por José Eduardo Franco e Célia Cristina Tavares para favorecer uma melhor compreensão destas duas instituições, a Companhia de Jesus e o Tribunal do Santo Ofício, vem de trás, desde as suas primeiras investi-

gações, o que lhes permite manejar a bibliografia fundamental, as pesquisas mais recentes – algumas produzidas por eles mesmos – e as fontes documentais necessárias para levar a cabo este trabalho. Este livro é o resultado de uma preocupação constante patente na obra destes autores. Basta observar a sua extensa produção científica para perceber com clareza esta ideia.

O objectivo que preside ao presente estudo é a “desconstrução” dos mitos elaborados no século XVIII e XIX, os quais forjaram uma imagem deformada da Inquisição e dos Jesuítas e, portanto, distante da realidade. O quarto e último capítulo do livro explica-nos precisamente como foi criado o referido mito na época do Marquês de Pombal, legando à posteridade uma interpretação simplificada e polarizada daquela realidade que chegou aos nossos dias como um sólido edifício ideológico. Os autores, bons conhecedores do terreno que pisam, dão-nos as chaves principais para explicar as razões e o sentido daquele mito: a su-

posta cumplicidade e cooperação entre os inquisidores e os jesuítas para assegurar o seu domínio sobre a sociedade foram a causa do atraso secular e diferenciado de Portugal e do Brasil perante o resto da Europa. É este o problema de fundo que os historiadores nos apresentam. Um assunto de extraordinário interesse, incitador de debate e de reflexão.

A análise das relações de “cumplicidade” e “confrontação” mantidas entre a Inquisição e a Companhia de Jesus durante os séculos XVI e XVII, tema que ocupa os três primeiros capítulos do livro, pretende cobrir o vazio que deixa a desconstrução do mito antijesuítico e anti-inquisitorial. Não se trata de substituir uma imagem negativa por outra com contornos hagiográficos. O que se procura é fundamentalmente compreender, para o que é preciso rejeitar juízos apriorísticos. Para esta empresa é necessário livrar-se da tentação, tão frequente, de querer ser juízes do passado e juízes dos nossos antepassados. Pelo contrário, haverá que fazer o caminho de compreensão da história desnudados de pré-juízos, guiados pela única inquietação de conhecer. Isto se torna mais urgente quando falamos de um tema polémico como é o da Inquisição e da Companhia de Jesus, pois ambas foram instituições protagonistas da modernidade ocidental, concretamente no âmbito da catolicidade. Duas instituições com histórias paralelas, marcadas por paradoxos e problemáticas semelhantes.

O fenómeno religioso foi uma das chaves dessa primeira modernidade, aliás num tempo pouco preciso entre o século XV e XVI. As sociedades de então eram profundamente religiosas e estavam regidas por poderes que impulsionaram políticas profissionais com o fim de realizar projectos político-religiosos. Mas todo este processo decorreu num contexto de profundo e violento conflito. Neste sen-

tido, a Inquisição e os Jesuítas foram instituições com um alto grau de protagonismo. A elas se lhes confiou, em boa medida, a expansão e defesa da Igreja Católica. Os Jesuítas, devotando-se à missão de converter o não católico, com estratégias e meios precisos e eficientes. Os inquisidores, empenhando-se na erradicação do erro doutrinal pela aplicação do direito punitivo e da repressão, administrando as fórmulas necessárias para reconciliar o herege com a Igreja e, em casos extremos, o fogo purificador.

Duas instituições, portanto, com procedimentos e objectivos próprios para conseguir um fim comum. Não é estranho que na sua larga história houvesse ocasião para a concertação e coordenação de esforços, como nos explicam os autores neste sugestivo livro. Aconteceu nos momentos fundacionais, em meados do século XVI, ou em espaços fronteiriços, como na Índia aquando da criação do Tribunal da Inquisição em Goa. A cooperação conjuntural, num tempo e espaço concreto, alimentaria o mito construído depois. Mas o domínio daquele mito sobre a nossa visão actual daquele tempo impede observar matizes e problemáticas, as quais são resgatadas pelos autores deste livro, transportando-nos para períodos de forte confrontação entre Jesuítas e Inquisidores. Nestas páginas, encontramos as variantes desta paradoxal e complexa questão, fazendo-a tão fascinante e reveladora como poucas daqueles tempos e daquelas gentes.

Porque na verdade e apesar de ser a Inquisição e a Companhia duas instituições voltadas expressamente para a realização de um mesmo fim, os caminhos empreendidos tomarão rumos diferentes, mesmo contrários em determinadas ocasiões. Foram, como tudo na História, espaços habitados por pessoas concretas, com suas sensibilidades particulares e comportamentos próprios. Estiveram,

para além disto, submetidas a pressões de cada tempo político, entrando em disputa para ocupar um determinado espaço de poder. Assim, a confrontação entre ambas as instituições teve momentos explosivos, como ocorreu durante o século XVII, quando o polémico problema dos *cristãos novos* excitou posições antagónicas.

Para concluir, só resta dizer que as páginas que se seguem levam o leitor a in-

teressar-se por um tema fascinante, cujas sombras marcam o imaginário colectivo como poucos outros. Em torno deste tema perduram mais imagens mitificadas que realidades objectivas, as quais convém distinguir para compreender melhor. Este livro ajudam-nos no necessário processo de compreensão histórica.

Juan Ignacio Pulido Serrano

Universidade de Alcalá de Henares

• **ARQUIVO SECRETO
DO VATICANO**
Expansão portuguesa. Documentação

Tom I – COSTA OCIDENTAL DE ÁFRICA
E ILHAS ATLÂNTICAS

Coordenação: *José Eduardo Franco*

Editora: *Esfera do Caos Editores*

Lisboa, 2011 – 2968 pp. (3 vols.)

A obra que agora nos é facultada reveste-se do maior interesse e oportunidade. Interesse derivado da temática e da qualidade rara da oferta; oportunidade advinda da grande procura de fontes sobre um sector indispensável da nossa história moderna e contemporânea.

Não transcrevendo os documentos, os autores dão-nos a síntese de cada um, com a respectiva referência de arquivo. É assim possível ao investigador saber de antemão o que existe e onde está, no grande acervo vaticano, poupando tempo e divisando também a série e o conjunto. Só por isto, o contributo da presente edição já é muito grande.

Pode parecer limitada a gama de assuntos desta documentação. Na verdade, referem-se à vida e interesses duma Nunciatura, naquilo em que superintendia e no que por ela passava. Relatórios de bispos, dispensas matrimoniais, contactos com o Estado, nomeações de prelados, missões ultramarinas... Mas algum can-

saço da leitura será logo obviado, se olharmos estes resumos documentais como o que eles principalmente são, quais indícios seguros da vida da Igreja nas ilhas e na costa de África, como ela se processou em tempos decisivos. E a esta luz, a leitura torna-se interessantíssima, pelo muito que nos deixa entrever.

Na sua clássica e ainda prestimosa *História Eclesiástica de Portugal* (última edição: Lisboa, Europa-América, 1994), Miguel de Oliveira não hesitou em escrever: “Por meados do séc. XVII, os soberanos tornam-se absolutos [...]. O Papa é geralmente posto à margem dos cálculos da política. A sua acção sobre o clero, cuidadosamente vigiada pelos governos, torna-se longínqua. O absolutismo reduz a Igreja a funções meramente decorativas. Mandam os reis no respectivo clero nacional, dispõem os benefícios e fomentam as doutrinas regalistas e estatistas, em detrimento da autoridade pontifícia” (p. 193).

Sem invalidar totalmente tais considerações, a historiografia subsequente tem-nas matizado muito, evidenciando tensões internas na Igreja e no Estado e muitas coincidências de agentes políticos e eclesiais, que não permitem sobrevalorizar tanto a um nem relativizar tanto a outra, nem considerá-los estáticos e facilmente definíveis do século XVII ao Liberalismo. No entanto, a iniciativa da Coroa em